

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO TER: CRÉDITO E CONSUMISMO NO BRASIL

Resumo

O contexto brasileiro pós-abertura comercial demonstra uma preocupante “falência” individual, fruto do descontrole de muitos indivíduos ao acompanharem o padrão de consumo das elites. Não bastasse a cultura do consumo mimético aos moldes dos países centrais, há que se considerar que a persistência capitalista pelo consumismo gera externalidades positivas e negativas: positivas porque a pessoa se sentirá realizada por fazer parte do “seleto” rol de pessoas diferenciadas das demais; negativas por gerar um sentimento de impotência pela não aquisição do desejo ou por resultar em situações delicadas de comprometimento financeiro. No sentido de lidar com essa impotência, o capital financeirizado cria constantemente estímulos para a obtenção de crédito ao consumo. No entanto, este crédito está camuflado em taxas de juros muitas vezes exorbitantes, raramente percebidas pelo consumidor de baixa renda. Com isso, as instituições financeiras incitam ao endividamento, o qual acaba se tornando um ciclo vicioso, haja vista que pode ser pago com um novo empréstimo. Essa lógica circular cria um mercado altamente rentável às instituições financeiras, as quais se dedicam a explorar cada vez mais o limite do endividamento da população. Define-se assim o foco principal deste artigo: a outra face do consumo implícita e inconsequentemente induzido a populações pobres a partir da recriação de seus estilos de vida em função

HUGO CHAVES B. FERREIRA

Mestre em Economia pelo
PIMES/UFPE.

JOÃO POLICARPO R. LIMA

Ph. D. Professor do Depto de
Economia/PIMES da UFPE e
pesquisador do CNPq.

do sentimento de *status* e de equiparação aos hábitos de consumo típicos das classes de renda mais elevada.

Palavras-chave: Consumismo; endividamento; financeirização.

Classificação JEL: G29.

I. Introdução

O que escolher, então? O peso ou a leveza?

(Milan Kundera)

Uma obra-prima da literatura universal serviu de motivação para balizar o tema e o conteúdo deste trabalho. *A insustentável leveza do ser*, do escritor tcheco Milan Kundera, dedica-se a revelar como as pessoas encaram a problemática da liberdade frente a questões existencialistas.

A dúvida posta pelo escritor é sobre o significado das relações amorosas, pois

o mais pesado dos fardos nos esmaga, verga-nos, comprime-nos contra o chão. Na poesia amorosa de todos os séculos, porém, a mulher deseja receber o fardo do corpo masculino. O mais pesado dos fardos é, portanto, ao mesmo tempo a imagem da realização vital mais intensa.

[Continua sua introdução dizendo que,] em compensação, a ausência total de fardo leva o ser humano a se tornar mais leve do que o ar, leva-o a voar, a se distanciar da terra, do ser terrestre, a

se tornar semirreal, e leva seus movimentos a ser tão livres como insignificantes. (Kundera, 1999, p.11)

Kundera explora a ideia de que o “ser”, ou seja, a vida em essência de cada pessoa está impregnada de uma “leveza insustentável”. Dessa forma, a vida parece ser insignificante e, por consequência, as decisões também não importam, não prendem as pessoas a nada, logo são leves porque não pesam, não representam um peso para o ser. No entanto, a aparente insignificância das decisões e das atitudes do ser é insustentável, no sentido de ser insuportável, ou ainda, não tolerável. Daí a ideia de insustentável leveza do ser, ou seja, não é possível não dar importância às decisões e às atitudes tomadas ao longo da vida.

Para explicar esse contraditório entre peso e leveza, Kundera se reporta ao filósofo pré-socrático Parmênides quando explicara sobre o fato de que o universo está dividido em pares de contrários, tais como quente/frio, grosso/fino, ser/não-ser e, também, leve/pesado. Se tudo possui seu imediato oposto, existe, portanto, um polo positivo e um negativo, mas, no caso da discussão sobre leveza e peso, qual dos dois é o polo positivo? O grego afirmou que o peso é negativo, o tcheco deixou a interrogação de que “a contradição peso/leve é a mais misteriosa e ambígua de todas as contradições”. (ibidem, p.11)

Essa mesma ambiguidade entre peso e leveza foi aqui adaptada para o lado econômico de modo a investigar se, de fato, o consumo elevado, em relação aos ganhos, das classes de baixa renda deve ser encarado como algo leve, simples e essencial para alcançar a felicidade material, supondo esse ser o lado positivo pregado pelo capitalismo e seu modelo neoliberal, ou pesado no sentido de que comprime o orçamento, a renda, o bem-estar das pessoas e, consequentemente, contribui para manter a desigualdade.

Assim sendo, a adaptação do tema da obra-prima de Milan Kundera parece adequar-se sobremaneira à realidade vivenciada no Brasil, sendo bastante atual discutir os rumos da sociedade de consumo no país pós-abertura comercial, bem como suas externalidades¹ para o bem-estar das pessoas. A ideia de que consumir é algo natural, “leve” e essencial parece sacrificar a real soberania e o domínio das pessoas em virtude da propaganda, da força da mídia e das inúmeras facilidades oferecidas pelo mercado.

Daí a argumentação sobre a *insustentável leveza do ter*, ou seja, de que é impossível não dar importância ao consumo exacerbado nas sociedades capitalistas, pois não se sustenta a hipótese de que o consumismo,² ou o ter, é algo simples, natural, leve e sem importância quanto a seus efeitos para o bem-estar, ainda que proporcionem satisfação e mascarem a utilidade dos bens. Do contrário, existe sim um peso,

negativo como afirmava Parmênides, ainda que este não se referisse a aspectos econômicos, e um comprometimento do bem-estar financeiro das pessoas para com suas atitudes consumistas.

A situação vivida pelo Brasil pós-abertura comercial poderia ser classificada como uma espécie de intensificação dos padrões de consumo herdados e adaptados dos países desenvolvidos, a partir do momento em que o mercado possibilitou – entenda-se criou – mecanismos para as classes de baixa renda terem acesso a bens de consumo típicos das classes altas. O contexto brasileiro pós-abertura comercial demonstra uma preocupante “falência” individual, fruto do descontrole de muitos indivíduos ao acompanharem o padrão de consumo das elites e, inevitavelmente, sentirem-se mais importantes e superiores do que os outros integrantes de uma mesma classe.

Não bastasse a cultura do consumo mimético aos moldes dos países centrais, há que se considerar que o consumismo gera externalidades positivas e negativas: positivas porque a pessoa se sentirá realizada por fazer parte do “seleto” rol de pessoas diferenciadas das demais; negativas por gerar um sentimento de impotência pela não aquisição do desejo ou por resultar em situações delicadas de comprometimento financeiro (orçamentário).

No sentido de lidar com essa impotência, o capital financeirizado cria constantemente

estímulos para a obtenção de crédito ao consumo. No entanto, este crédito está camuflado em taxas de juros muitas vezes exorbitantes, raramente percebidas pelo consumidor de baixa renda em termos anualizados. Com isso, as instituições financeiras e as empresas que produzem os bens de consumo incitam ao endividamento, o qual acaba se tornando um ciclo vicioso, tendo em conta que pode ser pago com um novo empréstimo. Essa lógica circular cria um mercado altamente rentável às instituições financeiras, as quais se dedicam a explorar cada vez mais o limite do endividamento da população.

De fato, é importante deixar claro o foco principal deste artigo: mostrar o consumo não como o mais importante componente do Produto interno bruto (PIB) e *leitmotiv* do desenvolvimento econômico, mas sua outra face, a do consumismo, em que o consumo é implícita e inconsequentemente induzido a populações pobres, a partir da recriação de seus estilos de vida em função do sentimento de *status* e de equiparação aos hábitos de consumo típicos das classes de renda mais elevada, através do recurso ao endividamento. Ao fazer isso, pretende contribuir para mostrar a apropriação crescente de ganhos pelo capital financeiro num momento do capitalismo em que a financeirização afirma-se cada vez mais.³

2. Crítica à razão consumista

Para explicar e/ou justificar os atuais padrões de consum(ism)o no Brasil e, ao mesmo tempo, embasar uma crítica à razão econômica e consumista dominante, há uma vasta literatura, inclusive interdisciplinar. Com isso, pode-se construir uma lógica minimamente verossímil sobre os fundamentos econômicos e sociológicos que explicam o estímulo por parte da população de baixa renda ao buscar diferentes modalidades de crédito, acelerando os níveis de consumo, endividamento e inadimplência. Essa cesta conceitual serviu para compor o quadro teórico e para esboçar uma síntese que trate das implicações e/ou consequências decorrentes de uma suposta atitude consumista brasileira.

2.1. Visões do consumismo: Galbraith, Bourdieu e Furtado

No que tange ao consumismo, há na literatura argumentos de economistas e/ou sociólogos, por exemplo, John Kenneth Galbraith, Pierre Bourdieu e Celso Furtado.

Galbraith dedicou-se a analisar a chamada sociedade afluenta, a qual está pautada no consumismo como resultante de um desejo manufaturado e disfarçado sob a forma de bens adquiridos. Bourdieu, por sua vez, desafiou a validade de inúmeros conceitos e modelos normativos ao propor a “gênese social dos sistemas de preferências” como forma de justificar

a tendência de os indivíduos consumirem para se distinguirem socialmente. Por fim, mas não menos importante, Furtado foi um forte crítico do chamado “mito do desenvolvimento” e da adoção de padrões de consumo incompatíveis para a realidade brasileira. Alguns desses autores, considerados mais pertinentes ao tema, terão suas ideias sintetizadas a seguir.

2.2. Galbraith e a sociedade afluyente

John Kenneth Galbraith articula seus comentários em torno da criação de necessidades para o consumo. Em outras palavras, na medida em que uma sociedade torna-se mais afluyente, o mercado torna-se responsável pela criação de desejos de consumo mediante a abundância de propaganda e de publicidade, ou seja, “a produção apenas preenche um vazio que ela própria criou”. (Galbraith, 1974, p.58) Como resultado, o consumidor encantado pela variedade de bens e de condições de pagamento busca suporte financeiro, no sentido de que

a sociedade afluyente aumenta suas necessidades [...] conseguiu transferir o sentido de urgência em ir ao encontro das necessidades do consumidor antes sentidas num mundo em que mais produção significava mais alimentos para quem tinha fome, mais roupas para quem tinha frio e mais casas para quem não tinha onde morar, para um mundo em que o aumento da produção satisfaz a ânsia por automóveis mais elegantes, alimentos mais exóticos, roupas mais eróticas, diversões mais sofisticadas [...]. (ibidem, p.56)

Uma importante leitura da obra de Galbraith a respeito do crédito e do processo de endividamento afirma que

para aqueles que carecem de meios, é um passo curto entre o estímulo do desejo pela publicidade e a sua realização através do crédito. A relação entre emulação e endividamento é ainda mais direta: toda comunidade tem indivíduos que divergem enormemente quanto à sua capacidade de despender dinheiro e o exemplo dos que podem pagar produz um efeito imediato sobre aqueles que não podem; para acompanhar os primeiros, os últimos precisam se endividar. (Cohen, 2002, p.75)

Assim, a população de baixa renda, maior usuária dos mecanismos de crédito, seleciona adversamente inúmeras alternativas que levam ao endividamento, ciclicamente ao longo do tempo, comprometendo seus recursos financeiros e distorcendo suas ideias de bem-estar e felicidade.

2.3. Bourdieu e o consumismo como distinção social

Pierre Bourdieu chama a atenção para a correlação dos hábitos de consumo, ao que chamou de “gênese social dos sistemas de preferências”. Assim, Bourdieu contribuiu para uma crítica à ciência econômica ao introduzir uma nova forma de leitura da racionalidade do *homo oeconomicus*.

Em outras palavras, Bourdieu defende que, para entender as relações de consumo em

sociedade, seria necessário analisar o meio em que cada indivíduo fora criado e educado. É nesse ínterim que se renovam o conhecimento e a pesquisa acadêmica, fazendo interagir Economia e Sociologia, de modo a

abandonar a dicotomia do econômico e do não-econômico que proíbe apreender a ciência das práticas “econômicas” como caso particular de uma ciência capaz de tratar todas as práticas, inclusive aquelas que se reivindicam desinteressadas ou gratuitas, portanto libertadas da “economia” como práticas econômicas, orientadas para a maximização do lucro material ou simbólico. (Bourdieu, 1980, p.209)

A discussão sociológica de Bourdieu teve como foco principal o desafio de desvelar os mecanismos de reprodução social, os quais acabam por legitimar formas de dominação através da violência simbólica, as quais se expressam por meio dos gostos de classe e estilos de vida, gerando, portanto, a distinção social.⁴

2.4. Furtado e o padrão de consumo brasileiro

Celso Furtado, entre outras coisas, argumentava que as políticas governamentais no Brasil, apoiadas pela conjuntura econômica, possibilitaram um cenário favorável para fundar as bases da industrialização, ainda que tardia.

No entanto, a crítica furtadiana repousa na forma como inúmeras empresas estrangeiras adentraram o país com o objetivo de introduzir

um parque industrial em proporções menores, mas que possibilitasse replicar a capacidade instalada dos mercados desenvolvidos, ou seja,

na prática, essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cêntricos, o que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. (Furtado, 1996, p.25)

Quando de sua crítica à adoção de padrões de consumo incompatíveis com a realidade brasileira, Furtado nitidamente denuncia o mimetismo do consumo aos moldes dos países desenvolvidos, no sentido de que

o dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos. (ibidem, p.45)

É imprescindível esclarecer, nos limites deste artigo, que as referências feitas por Furtado em relação ao consumo dizem respeito aos padrões adotados por países desenvolvidos e imitados pelos países subdesenvolvidos. No entanto, sugere que, mesmo dentro de um país como o Brasil, testemunha-se o consumo mimético em função de as classes mais pobres tentarem imitar os padrões das classes mais abastadas, haja vista o acesso a inúmeras alternativas de crédito.

2.5. Síntese e correlações das abordagens teóricas

Mais poderia ser dito, não fossem as limitações de espaço, com base na literatura econômica e/ou sociológica, sobre o consumismo, bem como sobre o papel do crédito e suas repercussões sobre as famílias de baixa renda. Para o escopo do presente trabalho, a breve revisão de literatura feita acima permite perceber os condicionantes do que é entendido por consumismo e suas vinculações miméticas e como o crédito induz as famílias de menores posses ao endividamento no afã de diferenciação.

Das diversas abordagens visitadas, percebe-se que os atuais padrões de consumo sugerem semelhanças:

- i. Na medida em que uma sociedade torna-se mais afluyente, o mercado torna-se responsável pela criação de desejos de consumo mediante a abundância de publicidade; (Galbraith, 1974)
- ii. A racionalidade dos consumidores é influenciada pelas condições e alternativas postas pelo mercado como forma de favorecer a oportunidade individual de crescimento, satisfação e distinção social; (Bourdieu, 2008)
- iii. “As forças que em nossa civilização engendram a difusão da racionalidade conduzem concomitantemente à destruição da capacidade criadora do homem, à sua desumanização” (Furtado, 1978, p.141). Dita desumanização

corresponde à irracionalidade do consumidor, que incorre em sucessíveis endividamentos sem discernir sobre as consequências de seus atos;

iv. A característica conservadora de preservar o *status quo* das classes dominantes aponta para um mecanismo culturalmente estabelecido de manutenção das desigualdades.

É, portanto, dentro da lógica de que o processo de acumulação capitalista desenvolve-se com o intuito de manter as desigualdades, mediante o estímulo ao crédito para consumo, que, por questões de imaturidade e irracionalidade, surge o endividamento da população de baixa renda. Isso não se limita ao fato de que as classes de baixa renda simplesmente imitam os padrões de consumo daquelas com os maiores rendimentos. Na verdade, o próprio sistema econômico encarrega-se de criar a distinção ou diferenciação social para que sempre haja a manutenção das desigualdades e o desejo de muitos em superá-las.

Assim, a população de baixa renda, maior usuária das políticas creditícias, seleciona adversamente inúmeras alternativas de financiamento, com as quais se endividará cumulativamente ao longo do tempo, comprometendo renda e deturpando as ideias de bem-estar e felicidade.

3. Mensurando o consumismo

3.1. Como identificar os indícios do consumismo brasileiro?

Para essa identificação, providenciou-se a consulta a bases de dados e informações primárias e secundárias:

- Dados referentes à concessão de crédito (Bacen; Ipea; INSS) por faixa de renda familiar, valor médio dos empréstimos e prazo para quitação, que, aliados a pesquisas qualitativas e quantitativas, sugeriram um cenário desfavorável sobre a finalidade do crédito, tanto de natureza pessoal quanto consignada;
- Os índices de inadimplência e endividamento e o volume das operações de crédito a pessoa física, que sugeriram que o discurso de estabilização e posterior redução da inadimplência não pode ser definido apenas por variáveis quantificáveis;⁵
- Dados relativos às consultas aos serviços USE-CHEQUE e SPC, que evidenciam a incitação ao consumo em datas comerciais, fato este intuído a partir dos índices de inadimplência do Serasa;
- As Pesquisas de Orçamento Familiar do IBGE serviram de referência para calcular o comprometimento de renda das classes mais baixas, bem como avaliar a evolução de seus padrões de consumo mediante análise comparativa entre rendimentos e despesas.

3.2. Afinal, quem compõe a chamada população de baixa renda?

De acordo com a nomenclatura adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar são definidas periodicamente em termos de salários-mínimos. Este critério sugere uma divisão da população em grupamentos, conforme a Tabela 1. O salário-mínimo (SM) vigente na data referencial da pesquisa (janeiro de 2009) era de R\$ 415,00. Logo, a população de baixa renda é identificada como aquela pertencente às classes C, D e E. Apesar de não existir uma definição comum a respeito dos consumidores de baixa renda, diversos autores e institutos de pesquisa concordam com o Critério Brasil (Barki, 2005; Prahalad, 2001;), o qual foi levado em consideração como referencial quantitativo e metodológico para a leitura das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs).

Com base nesta informação, as classes de baixa renda quando da análise dos dados seriam aquelas que auferiram rendimentos de até 03 salários-mínimos, o que resulta no limite superior de R\$ 1.245,00 (POF 2008-2009). Ainda que haja discrepâncias relativas à necessidade de deflacionar preços e calcular os salários reais, esse critério foi utilizado intuitivamente apenas para efeito de comparação entre as POFs. Desconsiderou-se, ainda, o fato de a classe C

Tabela 1. Critério de Classificação Econômica Brasil 2011

Classe	Renda Média Familiar (Valor bruto em R\$)	Classe	Renda Média Familiar (Valor bruto em R\$)
A1	11.480,00	C1	1.459,00
A2	8.295,00	C2	962,00
B1	4.754,00	D	680,00
B2	2.656,00	E	415,00

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

ser subdividida em C1 e C2. Assim, a título de padronizar os cálculos e facilitar a interpretação cruzada de duas fontes de dados com alto grau de reconhecimento público e privado, tomou-se a média das classes C1 e C2, segundo proposto pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), encontrando-se a renda bruta média familiar de R\$ 1.210,50, valor este muito próximo ao segundo estrato mais baixo do IBGE (de 02 a 03 salários-mínimos).⁶

4. A insustentável leveza do ter

Antes de explorar os dados que indicam a exacerbação de padrões que podem ser considerados como consumistas, vale observar que o fenômeno torna-se mais “pesado” para as famílias de menor poder aquisitivo em vista das desigualdades de renda historicamente constituídas no Brasil. Foge ao escopo deste trabalho explorá-las, mas cabe o devido registro.

Face à cultura do consumismo, já apontada por Furtado (1996) como impregnada no Brasil, intensificada desde o início da década de 1990,⁷ cada vez mais famílias de baixa renda buscaram aumentar seus padrões de consumo para satisfazer suas necessidades. Contam para tal com o auxílio de variados instrumentos de crédito. Segundo estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é possível citar alternativas tais como crédito ao consumidor, cartões de crédito, cartões de lojas varejistas, crédito junto a fornecedores, dentre outros⁸ não diretamente relacionados ao sistema financeiro formal. (Nichter, 2002, p.7)

Além dessas, o estudo citado confirma também as novas estratégias encontradas pelo sistema financeiro para estimular o crescimento do mercado de crédito brasileiro, quais sejam: foco na classe de baixa renda; desenvolver produtos customizados às necessidades dos clientes; promover os produtos através de estratégias de marketing; explorar canais alternativos

de distribuição; construir uma estratégia sustentável de longo prazo. (ibidem, p.11)

As informações empíricas para indicar esse cenário foram divididas em três seções: a primeira dedicada a investigar a evolução do mercado de crédito brasileiro (4.1); a segunda, focada em examinar os graus de endividamento e inadimplência associados aos padrões de consumo da classe de baixa renda (4.2); e a terceira, como decorrência das duas primeiras, concebida para sugerir o peso resultante, ou as externalidades negativas do consumismo no Brasil (4.3).

4.1. O início da insustentável leveza do ter

É inegável que a economia brasileira vive nos últimos anos uma situação mais confortável em relação à estabilidade econômica, com maiores taxas de crescimento do PIB e menor nível de inflação (em relação aos anos 1980 e início dos anos 1990). Esse cenário estimulou a demanda e a oferta de crédito a partir do Plano Real.

O mercado de crédito ao final de 2012 representou 53,48% do PIB brasileiro. O Brasil movimentou em 2012 R\$ 2,36 trilhões em créditos, sendo R\$ 724 bilhões (30,68%) destinados apenas a pessoas físicas. Importante observar que o cenário imediatamente posterior à chegada do presidente Lula ao poder em 2003 registrou aumentos no crédito para pessoas físicas na ordem de 24,20%, 42,40% e 46,11%, respectivamente, nos três primeiros anos de seu mandato, segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

De fato, a última década ficou marcada por um cenário de alto crescimento do crédito no Brasil, especialmente a partir da regulamentação da modalidade consignada em 2003 e de sua efetiva oferta ao mercado em meados de 2004. Supõe-se que o aumento desproporcional em relação aos anos anteriores seja decorrência de um duplo caráter estimulante desse tipo de crédito. Por parte das instituições financeiras, essa modalidade apresenta maior segurança contra a inadimplência, pois a devolução do saldo é feita diretamente através do débito em folha de pagamento. De outra parte, os tomadores de crédito consignado têm à disposição um mecanismo que oferece os menores juros do mercado.

Além disso, aposentados e pensionistas também puderam obter acesso a este mecanismo através de suas contas bancárias vinculadas ao INSS. Segundo os últimos dados relativos ao ano de 2011, os beneficiários do INSS que recebem até três salários mínimos responderam por mais de 70% do consignado com empréstimo médio ponderado de R\$ 2.731,79. Do total de contratos, pessoas que recebem apenas um salário mínimo representaram 57,57%, solicitando empréstimo médio de R\$ 1.212,63. No que tange ao pagamento, quase 90% dos contratos são parcelados entre 49 e 60 meses. Em novembro de 2012, em se considerando o total de operações de empréstimo pessoal e cartão de crédito, 384.952 operações foram efetuadas por pessoas com renda de até um salário mínimo.

Esses aposentados e pensionistas responderam por R\$ 1,05 bilhão em operações, contratando, em média, R\$ 2.731,80 em empréstimo pessoal. (INSS)

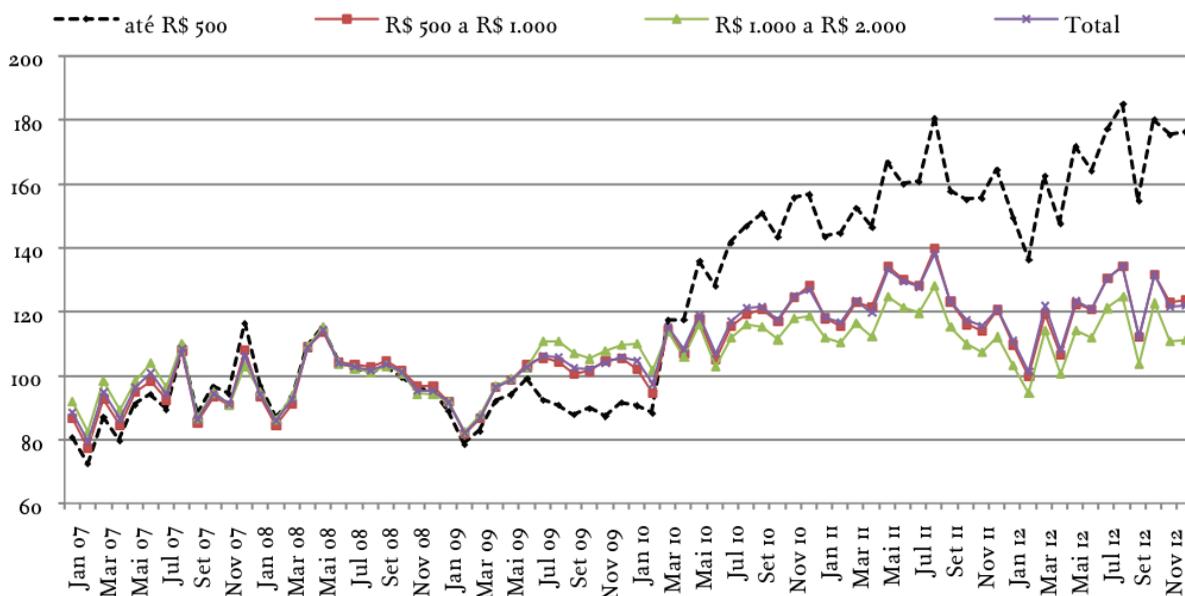
4.1.1. Comportamento do Indicador de Demanda por Crédito

Essa variável, segundo os dados da Serasa Experian, apresenta flutuações, ao lado de uma tendência crescente, particularmente para as faixas de renda mais baixas (Gráfico 01). Entretanto, o comportamento que mais chama a atenção diz respeito ao início do segundo semestre de 2009. De julho de 2009 a janeiro de 2010, os consumidores com renda de até R\$ 500,00 demandaram uma quantidade menor de

crédito, tanto que a curva se desloca dos outros grupos. Porém, a partir de abril de 2010, a demanda cresceu muito a ponto de ultrapassar o comportamento geral das outras faixas e aumentar cerca de 80% em apenas um ano e meio.

Por seu turno, o ano de 2012 revelou índice médio de 165,00 na demanda por crédito da população que ganha até R\$ 500,00, e média de 177,2 no último trimestre (época em que começam as compras de final de ano), conforme observado no grande descolamento dessa curva em relação às demais; ao passo que a média de todas as outras faixas de renda, em conjunto, revelou média de “apenas” 121,2. Estes dados significam uma diferença de 36% na demanda por crédito da faixa de consumidores de menor renda.¹⁰

Gráfico 01. Indicador Serasa Experian da Demanda do Consumidor por Crédito



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Serasa Experian.

4.1.2. Comportamento do Indicador de Qualidade do Crédito

Outro indicador a ser observado é a qualidade do crédito, o qual demonstra que o consumidor está reduzindo suas expectativas (Gráfico 02).

Por se tratar de um indicador criado recentemente, os dados disponíveis estão limitados ao período de 2007 a 2012 (apenas o primeiro trimestre). Importante salientar que as três faixas de rendimento consideradas neste indicador representam 87% da população mapeada pelo Serasa mensalmente.

Segundo os analistas da Serasa Experian, a qualidade de crédito começou a apresentar uma tendência de queda

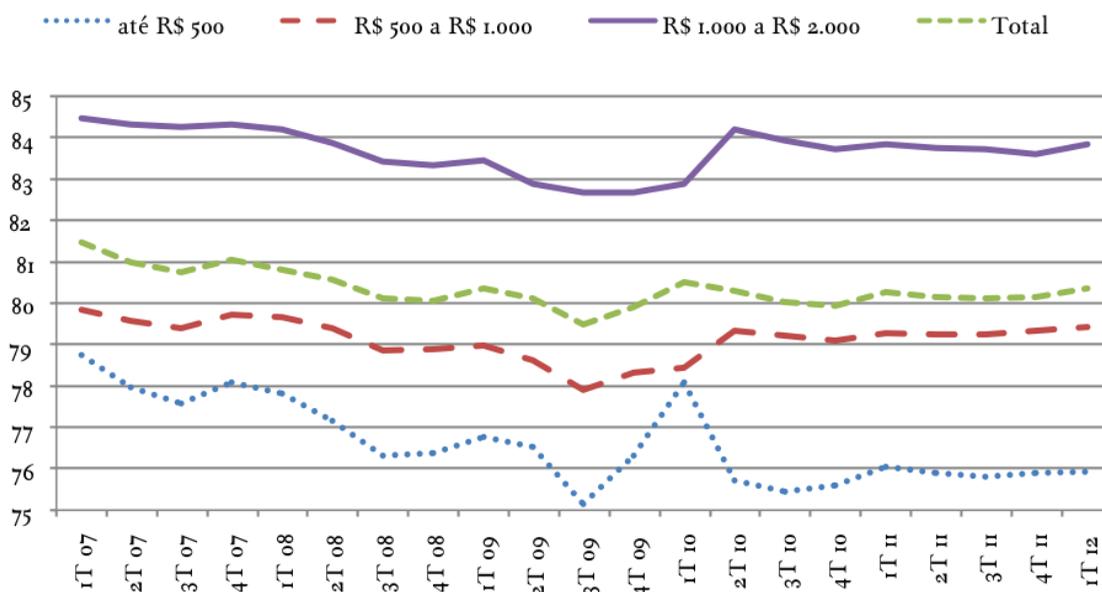
em função do rápido aumento do endividamento de parte dos consumidores mais ativos no crédito, verificado a partir de 2007, agravado pelas medidas de aperto monetário (elevação do IOF e da taxa básica de juros) executado em grande parte de 2008. (Serasa Experian, 2009)

Note-se que os indivíduos com renda mensal de até R\$500,00 registram o pior índice (75,9) em 2011 e 2012 e com recuperação pouco significativa. Este fato revela maior endividamento de risco ou maior propensão a endividar-se. Em outras palavras, quanto menor o indicador, maior será o risco de inadimplência.

4.2.1. Hábitos de consumo da classe de baixa renda

Outra maneira de perceber o consumismo é o exame das Pesquisas de Orçamentos Familiares

Gráfico 02. Indicador Serasa Experian de Qualidade do Crédito



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Serasa Experian.

(IBGE), que servem de base para demonstrar a evolução e as mudanças ocorridas na estrutura de rendimentos e despesas das famílias. Apesar de focar os grandes centros urbanos brasileiros, é possível esboçar como o consumo foi priorizado por cada classe de renda familiar e, portanto, analisar os hábitos da baixa renda.

As tabelas a seguir compararam a distribuição percentual da despesa média mensal familiar por classe de rendimento nas quatro POFs em questão. As despesas correntes são subdivididas em despesas de consumo, outras despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo. Por sua vez, as despesas de consumo compreendem os gastos com alimentação; habitação; vestuário; transporte; higiene e cuidados pessoais; assistência à saúde; educação; recreação e cultura; fumo; serviços pessoais; e despesas diversas.

Tendo em conta os propósitos desta investigação, enfatizam-se aqui as interpretações acerca das despesas com habitação e com diminuição do passivo, uma vez que se entende que estejam correlacionadas aos padrões de consumo exacerbado, diante dos ganhos, da população de baixa renda.

a) Despesas com habitação

No que concerne à habitação, percebe-se que os gastos praticamente dobraram, passando de 19,74% para 37,20% na classe que recebia até 2 SMs; de 19,57% para 36,50% nas famílias que

receberam de 2 a 3 SMs; e de 19,12% para 33,30% na classe com rendimentos de 3 a 5 SMs.

O item que mais impactou as despesas da baixa renda foi o aluguel, o qual respondeu em 2003 e 2009 por quase metade dos gastos. Em segundo lugar, os dispêndios com “serviços e taxas”, apesar de terem sofrido pouca alteração entre 1996 e 2009, aumentaram drasticamente em relação ao percentual registrado antes do início da década de 1990. Este item refere-se aos serviços públicos e privados oferecidos à população, tais como energia elétrica, telefones, gás, água e esgoto e outros.¹¹ Saliencia-se que apenas as duas POFs mais recentes segmentaram esses gastos, não necessariamente prejudicando sua leitura. Intuitivamente, seria plausível aceitar que grande parte dos gastos com “serviços e taxas” esteja relacionada de forma crescente à aquisição de eletrodomésticos.¹²

Explica-se: na medida em que cresce a aquisição de aparelhos domésticos, naturalmente aumentam os dispêndios com energia, gás, água e telefone fixo. Portanto,

alguns serviços públicos e privados utilizados pela população, considerados como essenciais, dada a localidade do domicílio, podem significativamente não somente aumentar o custo de vida dos consumidores mais pobres, mas também reduzir sua qualidade de vida. (ibidem, p.23)

De acordo com pesquisa realizada pelo IPEA sobre a renda e a despesa familiar *per capita* no

Brasil segundo a POF 2002-2003, aqueles que receberam até 2,5 SMs e entre 2,5 e 5 SMs despenderam respectivamente 10,96% e 9,70% da renda em aparelhos domésticos, as maiores porcentagens dentre todas as classes analisadas.

O que chamou a atenção dos pesquisadores foi o fato de esses gastos aproximarem-se daqueles com energia (12,71% e 12,54%) e gás (12,58% e 9,32%). (Almeida & Freitas, 2006) Acrescenta-se a essa interpretação as despesas com água e esgoto (5,96% e 5,25%), haja vista que também

sejam necessárias para a utilização de aparelhos domésticos, tais como máquinas de lavar roupa e pratos.

Isso significou gastos *per capita* na ordem de 36,32% (até 2,5 SMs) e de 35,65% (entre 2,5 e 5 SMs) apenas com os serviços públicos e privados em habitação. Percebe-se ainda que os gastos das famílias na classe de menor renda com o item “outras despesas” foi significativamente superior (3,75%) às das outras classes. (ibidem, 2006)

Tabela 02. Distribuição % das despesas mensais familiares com habitação

	Até 2 SMs				2 a 3 SMs				3 a 5 SMs			
	1988	1996	2003	2009	1988	1996	2003	2009	1988	1996	2003	2009
Despesa total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Despesas correntes	93,94	95,05	97,15	96,90	95,78	92,90	97,09	96,40	93,30	91,56	96,16	95,00
Despesas de consumo	91,21	93,07	94,60	93,90	92,04	89,95	93,35	92,00	88,44	87,58	91,62	88,70
Habitação	19,74	25,64	37,15	37,20	19,57	23,72	36,77	36,50	19,12	24,18	35,88	33,30
Aluguel	4,25	5,48	17,27	17,50	4,37	5,14	17,71	17,60	4,14	5,79	17,61	15,60
Serviços e taxas	5,48	9,15	8,93	8,90	4,72	8,59	8,90	9,10	4,63	8,28	9,10	8,60
Energia elétrica	n/d	n/d	3,02	3,50	n/d	n/d	3,02	3,40	n/d	n/d	3,13	3,10
Telefone fixo	n/d	n/d	0,91	0,70	n/d	n/d	1,41	1,20	n/d	n/d	1,90	1,50
Telefone celular	n/d	n/d	0,16	0,80	n/d	n/d	0,20	0,90	n/d	n/d	0,35	1,00
Gás doméstico	n/d	n/d	3,18	2,10	n/d	n/d	2,72	1,70	n/d	n/d	2,20	1,20
Água e esgoto	n/d	n/d	1,46	1,60	n/d	n/d	1,41	1,50	n/d	n/d	1,27	1,30
Outros	n/d	n/d	0,20	0,10	n/d	n/d	0,15	0,10	n/d	n/d	0,26	0,20
Manutenção do lar	2,16	2,82	4,18	3,50	1,88	2,24	3,27	3,20	1,55	1,73	2,92	3,10
Artigos de limpeza	1,55	1,14	1,25	1,10	1,37	1,13	1,21	0,90	1,21	1,08	0,99	0,80
Mobiliários e artigos do lar	2,69	1,95	2,55	2,50	3,07	2,26	2,62	2,20	3,18	2,73	2,49	2,00
Eletrodomésticos	1,82	4,54	2,62	3,20	2,60	3,73	2,69	2,90	2,97	3,91	2,38	2,60
Consertos de artigos do lar	1,77	0,56	0,35	0,30	1,57	0,62	0,37	0,30	1,45	0,65	0,38	0,30

	Até 2 SMs				2 a 3 SMs				3 a 5 SMs			
	1988	1996	2003	2009	1988	1996	2003	2009	1988	1996	2003	2009
Despesa total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Despesas correntes	93,94	95,05	97,15	96,90	95,78	92,90	97,09	96,40	93,30	91,56	96,16	95,00
Diminuição do passivo	0,24	0,48	0,62	0,90	0,53	0,95	0,72	1,30	0,59	0,84	1,05	1,80
Empréstimo e carnê	0,07	0,07	0,39	0,70	0,15	0,13	0,35	1,00	0,23	0,09	0,43	1,20
Prestação de imóvel	0,17	0,41	0,23	0,20	0,38	0,82	0,37	0,30	0,36	0,75	0,62	0,50

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/POF.

Tabela 03. Distribuição das despesas *per capita* (monetária e não-monetária) com habitação por classes de renda e no Brasil em 2002 e 2003

Itens	(0–2,5)SM	(2,5–5)SM	(5–10)SM	(10–25)SM	(25–mais)SM	BRASIL
Água e esgoto	5,96	5,25	4,12	2,96	1,36	3,25
energia	12,71	12,54	11,14	9,29	5,48	9,22
Gás	12,58	9,32	5,74	3,18	1,46	4,69
Telefone fixo	5,07	8,54	10,81	10,54	6,82	8,84
Outras despesas	3,75	1,48	0,80	1,60	2,23	1,74
Outros serviços de habitação ou públicos	3,45	9,98	11,85	13,63	30,02	16,98
Manutenção do lar (pequenos consertos)	10,42	8,97	8,15	6,25	6,37	7,35
Construção (mão-de-obra e material)	6,12	7,50	9,90	9,57	6,48	8,19
Manutenção e consertos (eletrodomésticos + móveis)	1,46	1,58	1,33	1,38	1,00	1,28
Aluguel de eletrodomésticos ou móveis	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Aluguel, condomínio e impostos da propriedade	17,74	15,64	16,40	20,20	18,63	18,11
Aquisição de aparelhos – uso doméstico	10,96	9,70	9,07	7,87	4,76	7,66
Aquisição de outros aparelhos	0,74	0,90	1,13	1,05	0,89	0,98
Aquisição de móveis	6,91	6,66	5,60	4,82	3,57	5,01
Aquisição itens para o lar (decoração)	0,42	0,44	0,47	0,54	0,65	0,54
Serviços domésticos terceirizados	1,71	1,61	3,48	7,12	10,27	6,16
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/POF.

Intui-se daí que a população de baixa renda não consegue visualizar de maneira racional as consequências de seus hábitos de consumo, correndo o risco de elevar demasiadamente as contas mensais fixas e essenciais para suas famílias, fato que pode ser entendido a partir das considerações de Galbraith e Furtado citadas anteriormente.

b) Despesas com diminuição do passivo¹³

Outra mudança significativa na estrutura de consumo das famílias diz respeito ao desembolso relativo à diminuição do passivo, o qual é subdividido em “empréstimo e carnê” e “prestação de imóvel”. Observaram-se dois comportamentos distintos a serem interpretados: o

primeiro refere-se ao período entre 1988 e 1996, o segundo, em relação aos resultados de 2003 e 2009, associado a uma aparente exacerbação dos hábitos de consumo das famílias.

No que tange ao primeiro período, a diminuição do passivo dobrou nas classes com rendimento de até 2 SMs devido às despesas com “prestação de imóvel”, as quais passaram de modestos 0,17% (1988) para 0,41% (1996), ao passo que os dispêndios com “empréstimo e carnê” permaneceram inalterados. Situação semelhante foi verificada para as classes com rendimento entre 2 e 3 SMs.

Entretanto, o segundo período registra mudanças de comportamento no padrão de consumo

Tabela 04. Distribuição percentual das despesas mensais familiares com diminuição do passivo

	Até 2SMs				> 2 a 3 SMs				> 3 a 5 SMs			
	1988	1996	2003	2009	1988	1996	2003	2009	1988	1996	2003	2009
Despesas total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Despesas correntes	93,94	95,05	97,15	96,90	95,78	92,90	97,09	96,40	93,30	91,56	96,16	95,00
Diminuição do passivo	0,24	0,48	0,62	0,90	0,53	0,95	0,72	1,30	0,59	0,84	1,05	1,80
Empréstimo e carnê	0,07	0,07	0,39	0,70	0,15	0,13	0,35	1,00	0,23	0,09	0,43	1,20
Prestação de imóvel	0,17	0,41	0,23	0,20	0,38	0,82	0,37	0,30	0,36	0,75	0,62	0,50

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/POF.

das famílias em relação à diminuição do passivo que servem, no mínimo, de alerta.

As despesas com empréstimos pessoais e carnê de mercadorias, as quais passaram praticamente 10 anos inalteradas nos dois estratos mais baixos da população, diminuíram de forma irrisória para o segundo estrato e significativa para o terceiro, mas aumentaram drasticamente nas mensurações feitas em 2003 e 2009.

Em 2003, para as famílias com rendimento de até 2 SMs, essas despesas saltaram de 0,07% para 0,39%, o que corresponde a um aumento de 457%. No estrato de 2 a 3 SMs, o aumento foi de 169%, ao passo que na terceira classe de rendimento a elevação equivaleu a 378%.

Por seu turno, o ano de 2009 manteve as elevações dessas despesas em relação à pesquisa anterior com variações na ordem de 80% para as famílias com rendimento de até 2 SMs;

186% no estrato de 2 a 3 SMs; e 179% para o terceiro estrato.

4.2.2. Endividamento e inadimplência

O cenário brasileiro do endividamento e da inadimplência possui dois comportamentos distintos. Um relativo aos consumidores desorganizados que acumularam dívidas por causa dos maiores prazos para quitação dos empréstimos; outro, em referência aos consumidores que associaram maior prazo à queda da taxa de juros. Este último comportamento é apontado como um dos responsáveis pelo aumento da demanda por crédito consignado. (Serasa Experian, 2013)

A Serasa divulga mensalmente dados relativos ao seu Indicador de Inadimplência do Consumidor, uma espécie de termômetro para que o mercado possa sentir as ações dos consumidores frente às alternativas creditícias disponibilizadas. Dito indicador é subdividido em

categorias, dentre elas o PEFIN e o REFIN. O PEFIN refere-se ao fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras. Por sua vez, o REFIN mede o fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos.

O gráfico deste indicador (Gráfico 04) está construído em base 100, ou seja, tomou-se a média das anotações ao longo de todo o ano de 2009 (área circulada) definindo-a como 100. A partir daí, qualquer variação registrada refere-se a uma comparação percentual em relação à média de 2009. Isto posto, ao analisar a série histórica de 1999 até 2012, duas realidades bem distintas são identificadas para cada variável.

PEFIN

De janeiro de 1999 a dezembro de 2008, ou seja, ao longo de exatos 10 anos, a média desta categoria de inadimplência foi de 91,6. Em se considerando que, na mensuração relativa a janeiro de 1999, o indicador marcou 75,6, percebe-se que as oscilações na inadimplência variaram algo em torno de 15%. A única exceção registrada foi em maio de 2006, quando o indicador alcançou um pico de 138,2. Após esse pico, o indicador corrigiu-se, voltando a oscilar num patamar mais baixo, apesar de já superior a 100.

O comportamento mais preocupante ocorre a partir de 2010, cuja média foi de 139,7. Segundo os economistas da Serasa Experian:

Os crescimentos nas variações da inadimplência do consumidor, em 2010, foram resultados do maior endividamento, evoluindo acima da expansão da renda pessoal; dos prazos mais longos de financiamento, que facilitou o acúmulo de dívidas e pelos estímulos ao consumo, como parte do combate aos efeitos da crise global, nos primeiros três meses do ano. Além disso, o aumento da inflação contribuiu para reduzir o poder aquisitivo, afetando a parte da renda destinada ao pagamento de dívidas. (Inadimplência..., 2011)

Para os otimistas, que acreditavam que o cenário não poderia ficar pior, a inadimplência dobrou em relação a 2009 na metade de 2011, atingindo pico de 201,8 no mês de julho e média de 189 pontos. Para a Serasa,

essa alta reflete o maior endividamento do consumidor, com o acúmulo de dívidas e o encarecimento do crédito, em decorrência da política monetária para controle da inflação. (Serasa Experian, 2011)

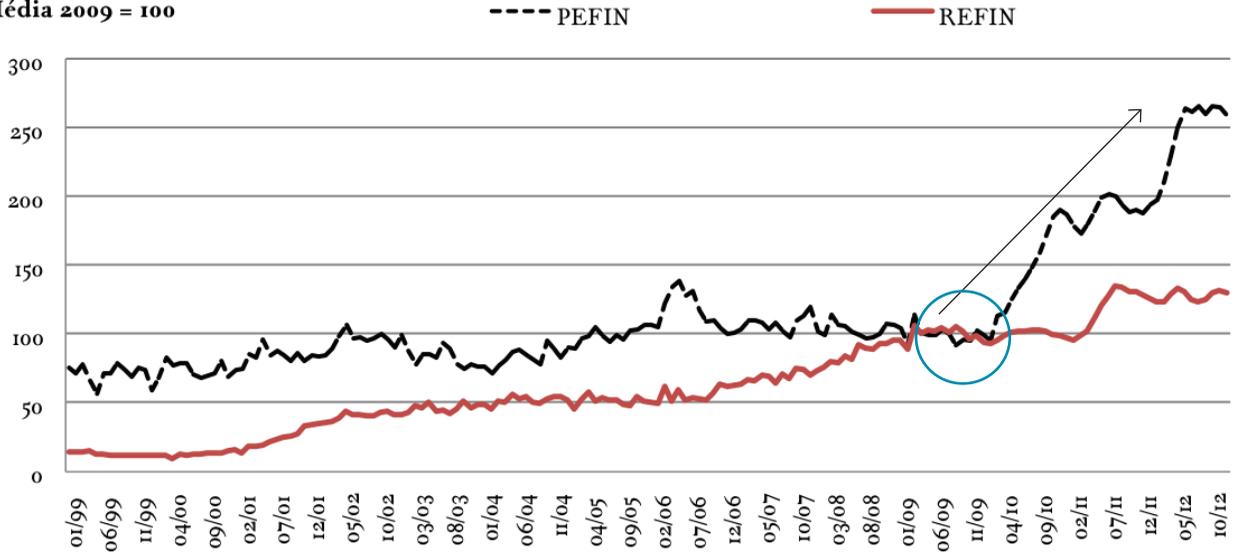
Entretanto, de acordo com a Serasa, “os recuos registrados nos primeiros meses do ano de 2011 dão sinais de que a inadimplência está perdendo o fôlego”. Três meses depois desses comentários, o recorde de julho é alcançado. Apesar das expectativas favoráveis, a média de 2012 foi de 243,5, com recorde histórico de 265,5 em outubro (Gráfico 03).

REFIN

De janeiro de 1999 a dezembro de 2008, a média desta categoria de inadimplência foi de 44,5, pouco menos da metade da base de referência 100 registrada em 2009 (Gráfico 04).

Gráfico 03. Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso, destaque 1

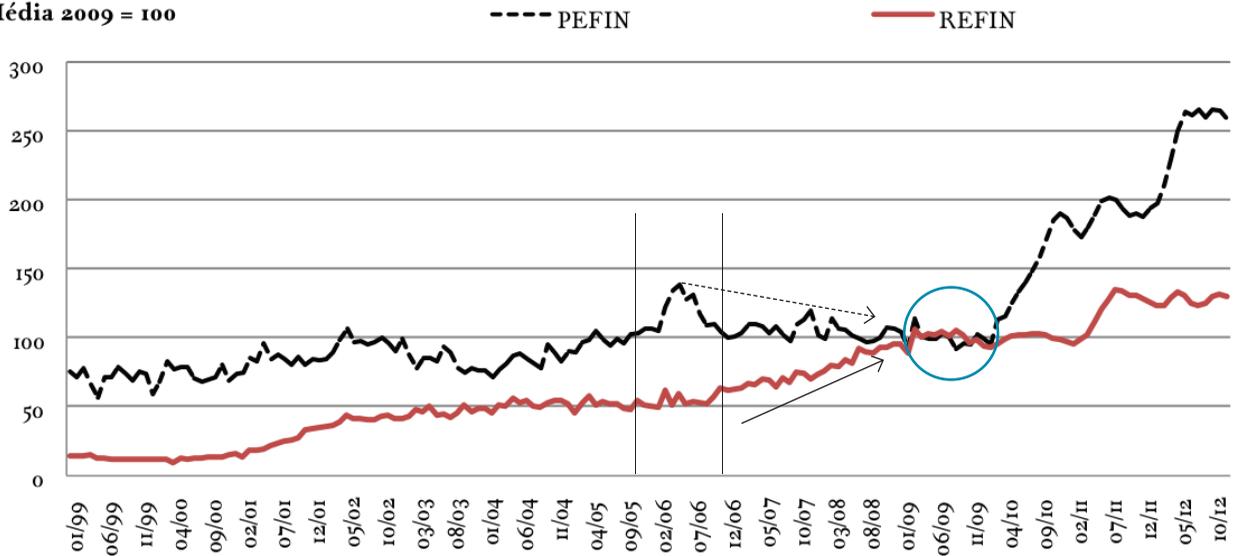
Média 2009 = 100



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Serasa Experian.

Gráfico 04. Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso, destaque 2

Média 2009 = 100



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Serasa Experian.

Uma análise que chama a atenção diz respeito ao ano de 2006. Explica-se: observando o gráfico 04, de 2003 a 2005, a inadimplência com os bancos oscilou numa média de 49,6 ao mês. Entretanto, ao isolar o ano de 2006 (período entre as linhas verticais no gráfico), percebe-se que nos últimos meses de queda do PEFIN, houve uma alta do REFIN.

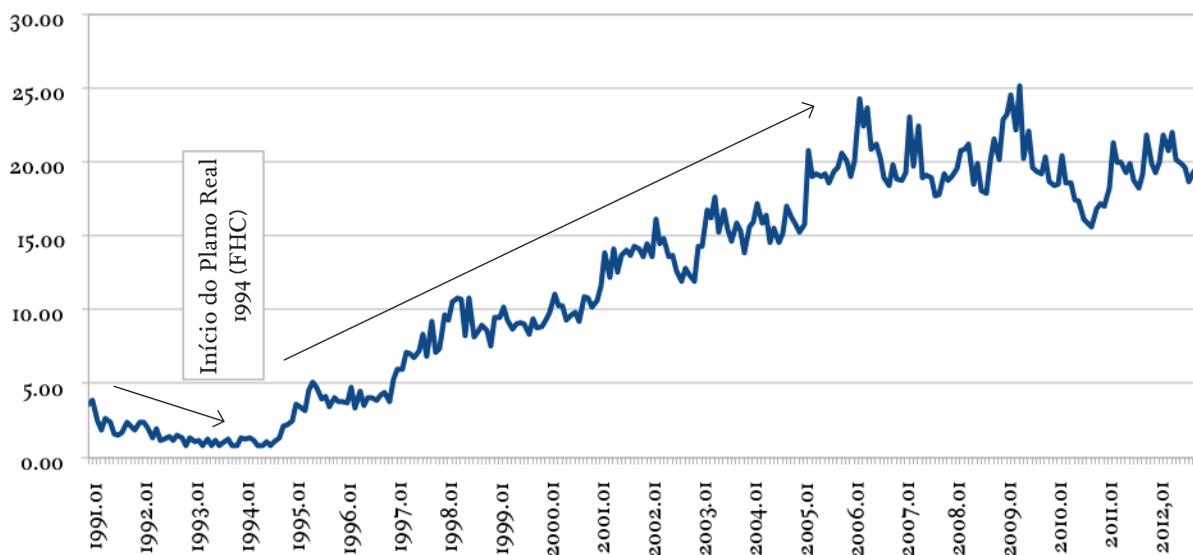
Daí por diante, em pouco menos de 03 anos, as dívidas em atraso com os bancos simplesmente dobraram (veja direção da seta cheia). Este fato pode estar relacionado com uma espécie de migração após o recorde registrado pelo PEFIN, haja vista que sua média após o pico ficou oscilando em patamar mais baixo e com tendência decrescente (veja direção da seta tracejada).

Ao longo do ano de 2010 não houve alteração da inadimplência com os bancos, mas, a partir de 2011, o cenário novamente mudou, registrando recorde histórico, em agosto, de 134,9 pontos, ou seja, em apenas 08 (oito) meses as dívidas em atraso com os bancos aumentaram 34,9%, mantendo-se nesse patamar ao longo de 2012. Cabe destacar ainda que, de acordo com a Serasa, o valor médio das dívidas bancárias foi de aproximadamente R\$ 1.310,31 em 2012. .

Cheques sem fundo

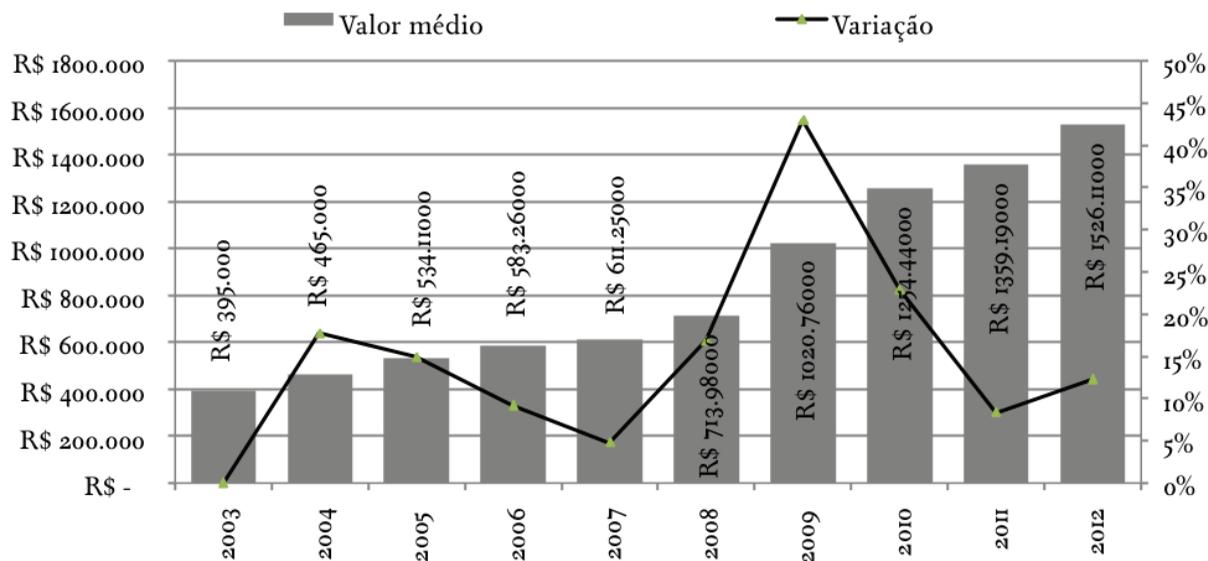
No que tange aos cheques sem fundo, apesar de não haver dados disponíveis e segmentados por faixa de renda, cabe analisar a evolução histórica (1991-2012) da quantidade de cheques devolvidos a cada mil emitidos (Gráfico 05).

Gráfico 05. Quantidade de cheques devolvidos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Serasa Experian e do IPEADATA.

Gráfico 06. Valor médio da dívida com cheque sem fundo e variação anual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Serasa Experian e do IPEADATA.

É possível perceber que havia uma tendência de queda constante nos anos anteriores à introdução do Real (R\$). No entanto, a estabilidade econômica parece ter sido traduzida ao consumidor como o momento ideal para o consumo com endividamento. Assim, o nível de cheques sem fundo aumentou de 1,6 por mil para expressivos 25,17 por mil em maio de 2009, com média de 21,48 em 2009, 17,61 em 2010, 19,49 em 2011 e 20,16 ao final de 2012.

Por fim, a média da dívida contraída com cheques sem fundos foi, em 2012, de R\$ 1.526,11, representando um aumento de 12,28% sobre os R\$ 1.359,19 do ano anterior (Gráfico 06). Importante observar que a variação anual de 2003 a 2008 e de 2010 a 2012 foi de 12,68% e

13,10% respectivamente, ao passo que em 2009 a variação foi de 42,97%. Esta variação, provavelmente relacionada aos efeitos da crise mundial iniciada em 2008, elevou as dívidas contraídas para um patamar bem superior ao registrado anteriormente.

Datas comerciais

É sabido que os maiores picos de lucro no comércio acontecem no mês de dezembro por causa das festividades natalinas, da percepção do 13º salário e da propaganda intensiva ao consumo.

Esse fenômeno é confirmado em função das consultas feitas ao USECHEQUE e ao SPC. O gráfico 07 revela que os picos regulares

correspondem exatamente aos meses de dezembro, típicos por elevados níveis de consumo durante as festas natalinas. A variação nas consultas feitas nos meses de novembro, dezembro e janeiro, desde 1990, revela intuitivamente a tendência de o próprio mercado saber que a população consome mais no último mês do ano por causa da cultura estabelecida de que o Natal (em detrimento ao significado religioso) é uma data típica para as compras, quer sejam individuais quer sejam para presentear amigos e parentes.

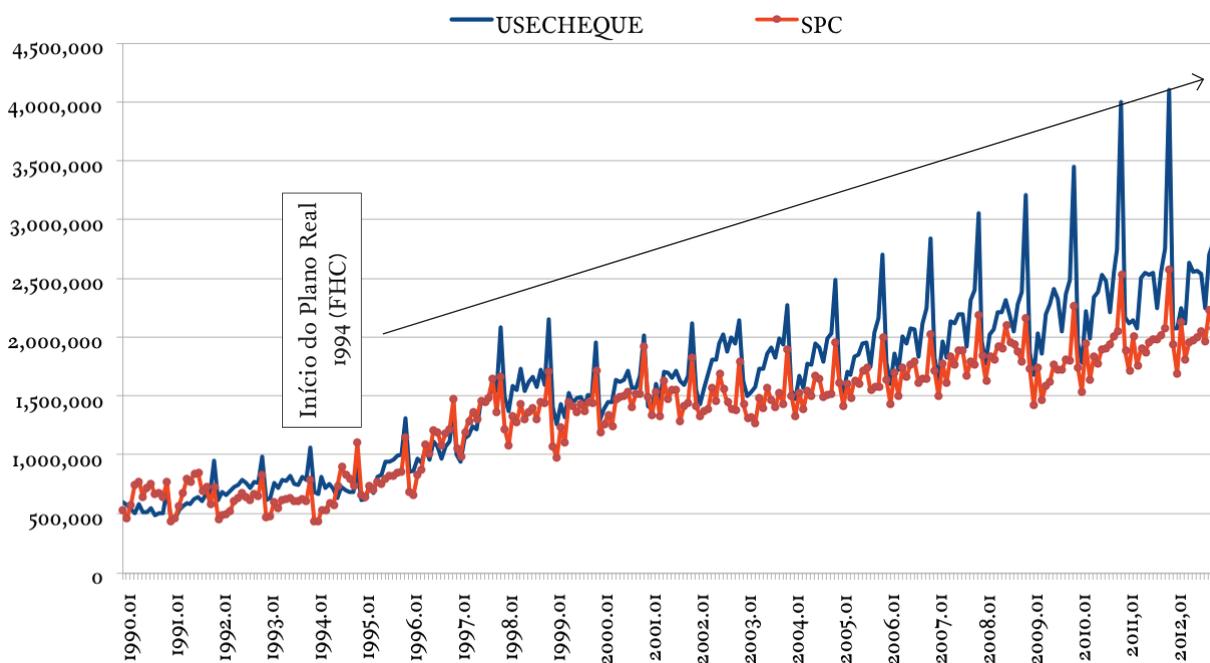
Tomando por base os dados referentes a 2012, observa-se que, em novembro, houve 2,81 milhões de consultas ao USECHEQUE, mas dezembro registrou 4,34 milhões ou 54,62% a

mais. Janeiro de 2013, por sua vez, registrou 2,38 milhões de consultas, nível equivalente à média de janeiro a setembro de 2012.

Comportamento idêntico é revelado através das consultas ao SPC. Em novembro houve 2,08 milhões de consultas, ao passo que dezembro registrou 2,57 milhões ou 23,61% a mais. Janeiro de 2013, por sua vez, registrou 1,9 milhões de consultas, nível equivalente à média de janeiro a novembro de 2012 (Gráfico 08).

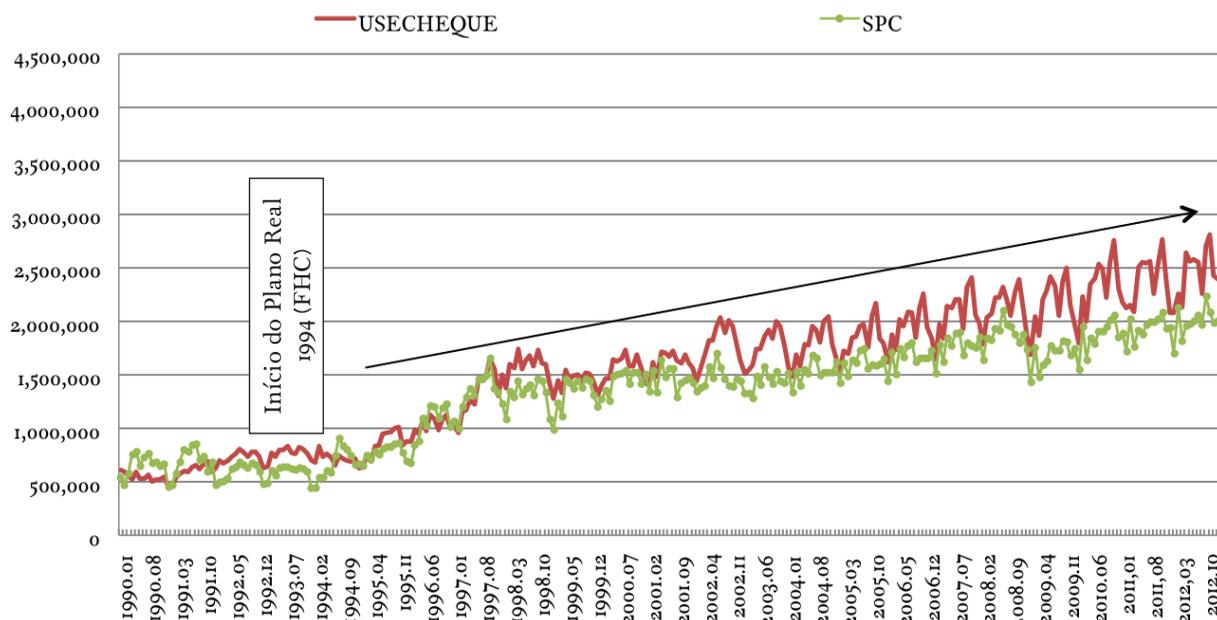
Apesar da dificuldade em conceituar o consumo supérfluo, é minimamente aceitável considerar que as compras de fim de ano não são destinadas à satisfação das necessidades básicas.

Gráfico 07. Consultas ao USECHEQUE e ao SPC de 1990 a 2012



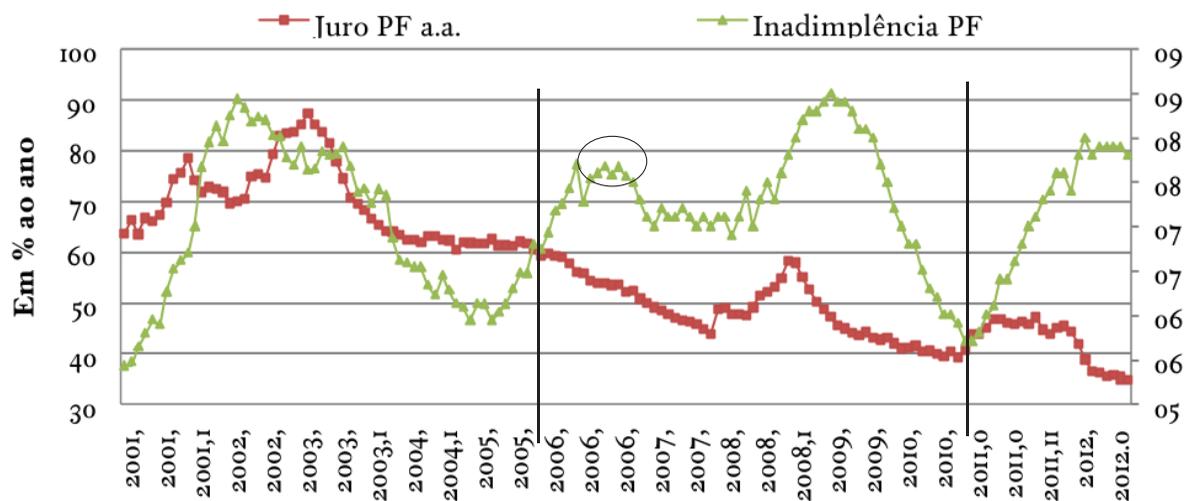
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Gráfico 08. Consultas ao USECHEQUE e ao SPC de 1990 a 2012 (dez = média anual)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Gráfico 09. Pessoa Física: taxa anual de juros e nível de inadimplência



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

A partir da compilação de diversas fontes que publicam informações diversas sobre endividamento e inadimplência, alguns comentários podem ser feitos:

a) Em uma das pesquisas realizadas pelo Instituto Akatu, o índice de consumidores endividados no Brasil alcançou 65%, dos quais 22% confessaram não ter condições de quitar as dívidas. (Mattar, 2006)

b) Em agosto de 2005, a Associação Brasileira de Bancos constatou que 69% dos entrevistados solicitaram crédito consignado para saldar dívidas anteriores. Ainda mais alarmante é o fato de que 51% deles afirmaram que nunca haviam solicitado qualquer tipo de empréstimo bancário antes.

c) O Programa de Administração de Varejo (Provar), da Fundação Instituto de Administração (FIA), divulgou os resultados de uma pesquisa para avaliar os componentes que impactam a demanda do varejo. Dentre as variáveis analisadas estão renda média, taxa de juros, crédito e endividamento.

As conclusões do estudo apontaram para alguns fatos importantes, quais sejam:

1. O aumento de 1% no endividamento do consumidor resulta em 0,56% de queda nas vendas do comércio;

2. O aumento de 1% nos prazos do crediário resulta em 0,31% de queda no endividamento;

3. A cada aumento de 1% na renda, aumenta em 1,7% o endividamento do consumidor, mantendo-se prazos de pagamento e taxas de juros inalterados;

4. A cada aumento de 1% nos juros, o endividamento cresce em 0,84%.

O Gráfico 09 sugere um cenário, no mínimo, distinto em relação aos resultados compilados pela pesquisa realizada pela FIA. Os dados mostram a comparação entre a taxa anual de juros para as operações de crédito com recursos livres e o nível de inadimplência com saldo em atraso superior a 90 dias, ambos referentes à pessoa física.

Como regra geral, se a taxa de juros diminui, espera-se que a taxa de inadimplência também diminua, pois o valor das parcelas, dos empréstimos e financiamentos seria menor. O comportamento anômalo contradiz as expectativas do mercado de crédito, pois, no início de 2003, a taxa de juros alcançou seu nível mais alto (87,3% a.a) para o período analisado e despencou para 45% ao longo de cinco anos. No início de 2008, a taxa de juros voltou a crescer, registrando 58,3% em novembro desse ano, mas voltando ao patamar anterior em maio de 2009.

Por sua vez, seria esperado que o nível de inadimplência também fosse reduzido, o que, de fato, aconteceu ao sair de 8,5% em meados de 2002 para pouco menos de 6% no primeiro semestre de 2005. Entretanto, o segundo semestre de 2005 testemunhou a alta da inadimplência

para 7,7% em menos de um ano. Além disso, apesar de a taxa de juros continuar a cair, a inadimplência oscilou entre 7% e 8% até o início de 2008.

A tendência de aumento na inadimplência seria natural, tendo em vista a alta dos juros. Não obstante, os juros reiniciaram uma trajetória de queda acentuada, passando de 58,3% para 45,6%. Contradizendo qualquer expectativa, um dos níveis mais baixos da taxa de juros nas últimas décadas foi surpreendido pelo recorde da inadimplência de pessoas físicas, o qual atingiu 8,6% em maio e junho de 2009.

Apenas no segundo semestre de 2009 a taxa de inadimplência começou a cair, acompanhando a queda dos juros, até atingir um dos níveis mais baixos da história recente em dezembro de 2010.

A partir de 2011 até novembro de 2012, apesar de a taxa de juros ter oscilado em torno da média

de 42,4%, com novo recorde histórico de 34,8% em novembro de 2012, a inadimplência atingiu 8%, com tendência crescente.

4.2.3. Comprometimento da renda

Uma análise histórica comparativa entre rendimento e despesa média familiar, em linha com a tradição keynesiana, mostra claramente que as famílias que percebem os menores salários, sempre tiveram uma propensão a consumir e a endividar-se muito elevada.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) possui a vantagem de decompor em detalhes a destinação das despesas das famílias por faixa de rendimento em série histórica para comparar a evolução dos gastos em função dos aumentos de renda, com o que se espera que os números e comentários a seguir possam servir de base interpretativa para melhor entender os hábitos da população

Tabela 05. Comprometimento da renda familiar com despesas 1987-1988

COMPROMETIMENTO DA RENDA FAMILIAR COM DESPESAS						
Faixa de rendimento (Salário-mínimo)	Rendimento médio familiar	Despesa média familiar	% de despesas acima do rendimento	Quantidade de famílias	% de famílias	
Total	34.331,00	35.387,00	3,08%	11.014.088	100,00%	
Até 2 SMs	3.238,00	5.437,00	67,91%	955,865	8,68%	
2 a 3 SMs	6.454,00	8.831,00	36,83%	813,036	7,38%	
3 a 5 SMs	10.331,00	12.491,00	20,91%	1.804.161	16,38%	
5 a 6 SMs	14.149,00	15.904,00	12,40%	776,777	7,05%	
6 a 8 SMs	17.942,00	20.101,00	12,03%	1.225.607	11,13%	
8 a 10 SMs	22.655,00	23.654,00	4,41%	907,609	8,24%	
10 a 15 SMs	30.938,00	30.887,00	-0,16%	1.546.770	14,04%	
15 a 20 SMs	43.022,00	45.161,00	4,97%	902,051	8,19%	
20 a 30 SMs	58.755,00	64.046,00	9,01%	890,459	8,08%	
30 SMs	133.097,00	126.569,00	-4,90%	1.191.753	10,82%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/POF.

POF 1987-1988

A partir da POF relativa ao biênio 1987-1988¹⁴ foi possível revelar o grau de comprometimento da renda familiar por faixa de rendimento, além da quantidade de famílias nessa situação.

Na tabela 05, ao observar a coluna que representa o percentual da renda comprometida com despesas, os resultados negativos significam que o rendimento foi suficiente para pagar as despesas; logo, os positivos significam a porcentagem que as famílias gastaram a mais do que receberam. O cálculo foi feito simplesmente pela divisão entre “despesa média familiar” e “rendimento médio familiar”.

Algumas das considerações devem ser destacadas a partir da leitura desses dados:

1. As famílias que compõem as quatro primeiras faixas de rendimento correspondiam a 39,49% do total das famílias brasileiras;
2. A classe de mais baixa renda possui uma despesa média mensal 67,91% maior do que os rendimentos recebidos;
3. Ao ponderar os percentuais de comprometimento de renda em função da quantidade de famílias nas faixas de rendimento inferiores, percebe-se que 4.349.839 de famílias gastam 32,69% a mais do que ganham;
4. As duas únicas faixas que gastaram menos do que receberam foram aquelas que auferiram rendimentos entre 10 e 15 SMs (ainda que irrisório) e aqueles com renda superior a 30 SMs.

Tabela 06. Comprometimento da renda familiar com despesas 1995-1996

COMPROMETIMENTO DA RENDA FAMILIAR COM DESPESAS					
Faixa de rendimento (Salário-mínimo)	Rendimento médio familiar	Despesa média familiar	% de despesas acima do rendimento	Quantidade de famílias	% de famílias
Total	1.499,54	1.395,21	-6,96%	12.544.069	100,00%
Até 2 SMs	147,03	245,45	66,94%	1.304.756	10,40%
2 a 3 SMs	278,62	365,35	31,13%	1.049.593	8,37%
3 a 5 SMs	440,39	494,79	12,35%	1.911.708	15,24%
5 a 6 SMs	608,06	632,89	4,08%	891.959	7,11%
6 a 8 SMs	769,96	792,85	2,97%	1.386.995	11,06%
8 a 10 SMs	984,21	950,88	-3,39%	972.249	7,75%
10 a 15 SMs	1.337,71	1.276,44	-4,58%	1.661.569	13,25%
15 a 20 SMs	1.890,37	1.749,44	-7,46%	964.128	7,69%
20 a 30 SMs	2.562,58	2.394,94	-6,54%	945.184	7,53%
30 SMs	5.803,59	4.939,86	-14,88%	1.455.928	11,61%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/POF.

POF 1995-1996

Resultados similares são identificados na POF referente ao biênio 1995-1996, logo após a introdução do Plano Real:

1. As famílias que compõem as quatro primeiras faixas de rendimento correspondem a 41,12% do total das famílias brasileiras;
2. A classe mais baixa possui uma despesa média mensal 66,94% maior do que os rendimentos recebidos;
3. Ao ponderar os percentuais de comprometimento de renda em função da quantidade de famílias nas faixas de rendimento inferiores, percebe-se que 5.158.016 de famílias gastam 28,55% a mais do que ganham;
4. Todas as faixas de rendimento acima de 08 SMs gastaram menos do que ganharam.

As POF de 1987-1988 e de 1995-1996 apresentam resultados similares, apesar de ligeiramente menores. Dita semelhança pode sugerir que a abertura comercial e a estabilidade econômica do Plano Real foram apenas um paliativo para uma tendência da modernidade: consumir sempre mais, mesmo que não haja rendimento suficiente para tal.

O expressivo comprometimento de renda sugeriu uma tendência à continuidade no processo

de endividamento das classes com menor poder aquisitivo. Uma realidade dessa natureza deveria implicar maior restrição orçamentária e consequente priorização dos gastos.

POF 2002-2003

O cenário relativo ao comprometimento de renda da POF 2002-2003 mostra que o percentual da renda com despesas aumentou significativamente. Além disso, essa POF acrescentou a seus questionários algumas perguntas de cunho subjetivo, de modo a tentar entender detalhes mais críticos, tais como o percentual de famílias com dificuldade de arcar com seus compromissos financeiros ao final do mês. Os resultados seguem na Tabela 7 (página seguinte).

POF 2008-2009

A última edição da POF diz respeito ao biênio 2008-2009, tendo sido publicada no final de 2010. Apesar do lapso temporal e dos dados aparentemente melhorados, acredita-se que ainda deva ser mantido um alerta no que tange aos hábitos da população de baixa renda, com vistas a uma maior conscientização para o destino de suas despesas. Observa-se que:

1. As famílias que compõem as três primeiras faixas de rendimento correspondem a 68,4% do total das famílias brasileiras;

Tabela 08. Comprometimento da renda familiar com despesas 2008-2009

COMPROMETIMENTO DA RENDA FAMILIAR COM DESPESAS						
Faixa de rendimento (Salário-mínimo)	Rendimento médio familiar	Despesa média familiar	% da renda comprometida com despesas	Quantidade de famílias	% de famílias	% de famílias com dificuldade ou muita dificuldade orçamentária
Total	1.789,66	1.778,03	-0,65%	51.001.901	100,00%	50,88%
Até 2 SMs	260,21	454,70	74,74%	7.949.351	15,59%	77,11%
2 a 3 SMs	491,25	658,18	33,98%	6.747.421	13,23%	65,79%
3 a 5 SMs	770,79	920,69	19,45%	10.181.484	19,96%	55,88%
5 a 6 SMs	1.086,70	1.215,33	11,84%	3.528.908	6,92%	48,53%
6 a 8 SMs	1.366,31	1.494,43	9,38%	5.086.643	9,97%	43,45%
8 a 10 SMs	1.766,63	1.914,35	8,36%	3.349.073	6,57%	40,03%
10 a 15 SMs	2.411,04	2.450,03	1,62%	4.571.410	8,96%	32,29%
15 a 20 SMs	3.413,65	3.270,20	-4,20%	2.416.195	4,74%	28,71%
20 a 30 SMs	4.815,21	4.445,42	-7,68%	4.704.154	9,22%	24,22%
30 SMs	10.897,52	8.721,91	-19,96%	2.467.262	4,84%	17,71%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/POF.

2. A classe mais baixa possui uma despesa média mensal 37,88% maior do que os rendimentos auferidos;

3. Ao ponderar os percentuais de comprometimento de renda em função da quantidade de famílias nas faixas de rendimento inferiores, percebe-se que 39.544.880 de famílias gastam 16,04% a mais do que ganham;

4. Igualmente à POF anterior, apenas as três faixas com maiores rendimentos gastaram menos do que receberam. Importante lembrar que o agrupamento das faixas de rendimento é diferente em relação aos anos anteriores, fato este que pode sofrer alterações positivas ou negativas caso as mesmas faixas fossem mantidas.

Tabela 08. Comprometimento da renda familiar com despesas 2008-2009

COMPROMETIMENTO DA RENDA FAMILIAR COM DESPESAS						
Faixa de rendimento (Salário-mínimo)	Rendimento médio familiar	Despesa média familiar	% de despesas acima do rendimento	Quantidade de famílias	% de famílias	% de famílias com dificuldade ou muita dificuldade orçamentária
Total	R\$ 2.641,63	R\$ 2.626,31	-0,58%	57.816.604	100,00%	39,30%
Até 2 SMs	R\$ 540,32	R\$ 744,98	37,88%	12.503.385	21,63%	63,10%
2 a 3 SMs	R\$ 1.024,27	R\$ 1.124,99	9,83%	10.069.184	17,42%	48,70%
3 a 6 SMs	R\$ 1.747,32	R\$ 1.810,69	3,63%	16.972.311	29,36%	37,10%
6 a 10 SMs	R\$ 3.097,27	R\$ 3.133,00	1,15%	8.890.463	15,38%	25,20%
10 a 15 SMs	R\$ 4.843,69	R\$ 4.778,06	-1,35%	4.181.485	7,23%	18,30%
15 a 25 SMs	R\$ 7.508,65	R\$ 7.196,08	-4,16%	2.994.837	5,18%	12,10%
25 SMs	R\$ 16.203,45	R\$ 14.098,40	-12,99%	2.204.938	3,81%	8,50%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/POF.

Frente a esta realidade, é plausível supor que essa discrepância no consumo das famílias seja obtida através de empréstimos financeiros. Esses consumidores, movidos pelo apelo do consumo terminam atraídos pelas alternativas de crédito e a artificialidade de sua “renda extra”, míopes às consequências dessa ilusão. Isso porque a maior parte dos empréstimos obtidos pela população de renda mais baixa, conforme visto anteriormente, não se destina a complementar as necessidades básicas, mas sim para consumir itens de valor incompatível com a renda ou para pagar dívidas pré-existentes.

Portanto, é minimamente aceitável sugerir que a lógica do mercado prevalece sobre os interesses coletivos, sendo estes camuflados em razão do bem-estar material. Logo, para que produção e consumo não diminuam, é preciso estimular o último através dos mecanismos de crédito, independentemente de como a população arcará com uma dívida de longo prazo.

De fato, não é possível negar que o consumo responde por grande parcela do crescimento econômico de qualquer país. No entanto, incitar o consumo de uma classe influenciada pela satisfação de necessidades desproporcionais a sua realidade é insustentável em longo prazo e reforça em muito os ganhos de produtores e instituições financeiras.

5. Considerações Finais

Este artigo buscou analisar os padrões de consumo da população de baixa renda no Brasil pós-abertura comercial no intuito de identificar sinais que pudessem indicar, de forma razoavelmente clara, que o comprometimento orçamentário dos indivíduos não condiz com sua realidade, além de ser agravado pelos crescentes níveis de endividamento e inadimplência.

Mesmo considerando que as classes de baixa renda não busquem necessariamente reproduzir os hábitos das classes mais abastadas, suas decisões de consumo sofrem influência direta do mercado, ou seja, do capital financeiro, que concede acesso a modalidades de crédito com altas taxas de juros e longos prazos de pagamento.

A partir dos dados levantados sobre o mercado de crédito e os indicadores de endividamento, inadimplência e comprometimento de renda, percebeu-se a extensão dessa influência do sistema financeiro sobre o limite do endividamento da população. A atuação de uma lógica permanente que facilita o acesso a crédito tem levado a níveis recordes de inadimplência. Além disso, apesar de não ter sido explorada em profundidade, a redução da taxa de juros não se mostrou condizente com a redução da inadimplência de pessoas físicas.

Aliadas a esse fato, há dados preocupantes: a quantidade de endividados no país (aproximadamente 65%); e a confissão majoritária de que

os empréstimos obtidos pela população destinam-se primeiramente ao pagamento de dívidas pré-existentes com juros mais altos.

Com base nas POFs foram vistos alguns aspectos relacionados aos hábitos de consumo da população, particularmente as despesas com habitação e diminuição do passivo. No que tange aos gastos com habitação, o item eletrodomésticos tende a aumentar imediatamente os dispêndios com serviços públicos e privados essenciais, tais como energia elétrica, gás, telefone, água e esgoto, o que sugere a pressão consumista sobre a população, pois, ao gastar com eletrodomésticos e eletrônicos, raramente é levado em consideração o aumento das despesas fixas do lar e o surgimento de outras (internet, celular, TV a cabo). As despesas com diminuição do passivo revelaram uma significativa alta no item referente a empréstimos pessoais e carnê de mercadorias, na ordem de 900%.

Por último, mas não menos importante, cabe ressaltar que este comportamento contribui para a manutenção das desigualdades sociais, pois as classes de baixa renda não consideram as consequências do endividamento e da inadimplência, comprimindo continuamente seus orçamentos em função das dívidas contraídas a longo prazo.

Sacrificar o necessário para manter o supérfluo e estimular o conspícuo: essa é a resultante da equação capitalista enquanto mantenedora de desigualdades. Ao comprovar essa lógica, afirma-se

o caráter insuportável do consumismo ou a condição de uma... *insustentável leveza do ter*.

Abstract

In Brazil's post commercial opening it is frequently observed a worrying individual "bankruptcy", in view of desperate attempts of many individuals in following the consumption pattern of the elites. Besides the so-called demonstration effect from developed countries, capitalist persistence for higher pattern of consumption generates positive and negative externalities: positive because the person will be held as part of the "select" list of people distinguished from others; negative by generating a feeling of helplessness by the non-acquisition of desired goods or result in delicate situations of financial commitment. To cope with this feeling, financial capital stimulates credit with exorbitant uncovered interest rates not perceived by low income consumers. A vicious cycle is formed: debt generates new loans and higher debts, which benefits financial capital. Thus, the main focus of this article: the other face of consumption induced to poor populations by financial capital while re-creating their lifestyles depending on the sense of status and assimilation patterns of typical consumption of higher income classes.

Keywords: Consumerism; indebtedness; financialisation.

Bibliografia

ALMEIDA, Alexandre Nunes & FREITAS, Rogério Edivaldo. "Renda e despesa familiar no Brasil segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003". *Texto para Discussão do IPEA*, n. 1235. Brasília: IPEA, 2006.

BANCO CENTRAL (Bacen). *Relatório de inflação*. Dezembro de 2007, volume 9, número 4.

BARKI, Edgar E.R. *Estratégias de empresas direcionadas para a baixa renda: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980.

COHEN, Claude Adélia Moema Jeanne. *Padrões de consumo: desenvolvimento, meio-ambiente e energia no Brasil*. Tese de doutorado em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE. Rio de Janeiro, 2002.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. *Acervo digital*. Disponível em: http://www.febraban.org.br/Febraban.asp?id_pagina=78. [Acesso em 03 de janeiro de 2009.]

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade afluenta*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1974.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD)*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. [Acesso em 03 de fevereiro de 2009.]

INADIMPLÊNCIA cresce 6,3% em 2010, revela Serasa Experian. *Bússola do Investidor*, 11 de janeiro de 2011. Disponível em http://www.bussoladoinvestidor.com.br/noticias/inadimplencia_cresce_63_em_2010_revela_serasa_experian-5689,1.html. [Último acesso em maio de 2014.]

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social. *Arquivos diversos*. Disponível em <http://blog.previdencia.gov.br/>. [Acesso em 20 de março de 2013.]

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Séries de indicadores históricos*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. [Acesso em 07 de julho de 2009.]

KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MANKIWI, Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MATTAR, Hélio (org.). *Diálogos Akatu: o consumo consciente do dinheiro e do crédito*. São Paulo: Instituto Akatu, 2006.

NICHTER, Simeon. *Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro: Programa de Desenvolvimento Institucional*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PRAHALAD, C.K. "The bottom of the pyramid". *Siliconindia*, vol 5, out. 2001.

SERASA EXPERIAN. *Indicadores econômicos*. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/index.htm>. [Acesso em 12 de março de 2013.]

_____. "Indicador inédito da Serasa Experian aponta que qualidade do crédito do consumidor se recupera e atinge patamar pré-crise". *Notícias Serasa Experian*, 21/01/2011. Serasa Experian, 2011. Disponível em <http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimpl%C3%AAncia-do-consumidor-fecha-primeiro-bimestre-com-alta-mas-j%C3%A1-revela-sinais-de-acomoda%C3%A7%C3%A3o-aponta-serasa-experian/>. [Último acesso em maio de 2014.]

_____. "Inadimplência do consumidor fecha primeiro bimestre com alta, mas já revela sinais de acomodação, aponta Serasa Experian". *Notícias Serasa Experian*, 21/01/2009. Serasa Experian, 2009. Disponível em <http://noticias.serasaexperian.com.br/indicador-in%C3%A9dito-da-serasa-experian-aponta-que-qualidade-do-cr%C3%A9dito-do-consumidor-se-recupera-e-atinge-patamar-pr%C3%A9-crise/>. [Último acesso em maio de 2014.]

Notas

1 Entenda-se por externalidade “o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem-estar de outras que não tomam parte da ação”. (Mankiw, 2006, p.204)

2 Entendido aqui como um consumo de bens, muitas vezes supérfluos, que comprometem uma parcela elevada da renda familiar e levam ao endividamento, associado à tomada de empréstimos e ao pagamento de juros elevados.

3 Vale lembrar que nesse impulso ao consumo via endividamento também se beneficia o capital produtivo ao ter assim ampliado o mercado consumidor.

4 Tendo em conta os limites de espaço, optou-se por não aprofundar a discussão deste autor além dos conceitos expostos.

5 A Serasa Experian desenvolveu três indicadores para monitorar os consumidores: 1. *O Indicador de Inadimplência de Pessoa Física*, concebido para determinar este comportamento em âmbito nacional, consiste em um modelo estatístico de múltiplas variáveis, o qual considera as variações registradas no número de cheques sem fundos, títulos protestados, dívidas vencidas com instituições financeiras e cartões de crédito e financeiras; 2. *O Indicador de Demanda do Consumidor por Crédito* objetiva mensurar a procura de crédito por parte dos consumidores durante um determinado mês. É construído a partir de uma amostra significativa de cerca de 11,5 milhões de CPFs, consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. 3. *O Indicador de Qualidade do Crédito do Consumidor*, a partir de uma amostra significativa de cerca de 450 mil CPFs, constantes da base de dados da Serasa Experian e é segmentado por classe de rendimento mensal, avalia trimestralmente, numa escala de 0 a 100, a qualidade de crédito do consumidor: quanto maior, melhor a qualidade de crédito; portanto, menor é a probabilidade de inadimplência.

6 A título de esclarecimento, algumas análises ao longo deste trabalho incluíram valores maiores ao definido para classificar a população de baixa renda. Esta escolha deu-se pelo fato das várias consultas a bases de dados diferentes e que não poderiam ser transformadas ou isoladas de seu conjunto.

7 Particularmente após o Plano Real e o controle da inflação que estimulou o crediário a prazos mais longos.

8 Alternativas, de acordo com o estudo do BNDES, seriam o crédito junto a agiotas e a fontes de relações pessoais.

9 Tal comportamento pode ter sido influenciado pela flutuação do crescimento do PIB, cuja taxa em 2009 foi de 0,3%, tendo passado em 2010 para 7,5% e com isso trazendo mais confiança e reanimação das expectativas.

10 Importante salientar que as três faixas de rendimento consideradas neste indicador representam 84% da população brasileira mapeada pelo Serasa mensalmente.

11 Segundo nota técnica do IBGE, “estão agregadas as despesas com acesso à Internet, TV por assinatura, condomínio, adicionais de condomínio, outras despesas com locação de imóvel (contrato, depósito de locação etc.), seguros sobre o imóvel (incêndio, roubo etc.) e taxas de serviços em geral”.

12 Segundo nota técnica do IBGE, “aquisições de eletrodomésticos e equipamentos do lar, tais como: refrigerador, freezer, máquina de lavar roupas, máquina de lavar louça, fogão, aspirador de pó, grill, aparelho de fax, forno de microondas, microcomputador, televisão, conjunto de som, aparelho de DVD, aparelho de CD-ROM e equipamentos elétricos e eletrônicos diversos”.

13 Segundo nota técnica do IBGE, “na diminuição do passivo, estão incluídas as despesas com pagamentos de débitos com empréstimos pessoais e carnê de mercadorias. Estão agregadas também as dívidas judiciais e prestação de imóvel”.

14 Os dados sobre rendimento médio e despesa média familiar na POF 1987-1988 estão em Cruzados, moeda em vigor na época de apresentação dos resultados.